



**Sumula da Apresentação da Câmara Técnica de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana**

**DATA: 04 de Maio de 2015**

**LOCAL: Hotel Master - Rua Francisco Torres, 285 - Centro - Curitiba / Paraná.**

Iniciou-se a reunião com a leitura dos ofícios enviados para o Ministério Público (MP) e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Anotou-se a presença do Engenheiro Roberto que atendeu o convite para esclarecimentos. Antes de passar a palavra ao convidado, foi feita a atualização dos números apresentados pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER-PR) sobre o atendimento dos requisitos de acessibilidade nos ônibus de transporte rodoviário de passageiros: o DER está atualizando os relatórios que indicam até o momento 91,39% de atendimento com perspectiva de alcançar 95% ao final da atualização. Em seguida o eng. Roberto apresentou as ações do MP sobre o assunto. Indicou que estão instaurados dois inquéritos civis: o 0046.11.000820-1 com a URBS e o 0046.11.001093-4 com o DER. Ambos datam de 2011 por organização administrativa, no entanto foram instaurados anteriormente para acompanhar o atendimento do prazo de 02/12/2014 para adaptação de 100% da frota do transporte coletivo para acessibilidade. A URBS prestou informações sobre o transporte coletivo municipal e intermunicipal metropolitano. O último relatório no primeiro semestre de 2014 onde constavam 82,81% da frota adaptada, com previsão de cumprir a meta de 100% até o final do prazo, entretanto as empresas de transporte coletivo entraram com uma ação judicial solicitando postergar a renovação da frota e isso gerou um impasse para o cumprimento da meta. Foi aberta a questão de por que se usa plataforma elevatória ao invés de rampa nas estações tubo, visto que estas funcionam melhor e têm custo de aproximadamente 1/5 do custo daquela. O MP tem o entendimento de que o ideal é a rampa e a URBS tem procurado usar este equipamento dentro do viável; caso haja evidência do uso de uma solução em detrimento de outra com suspeita de ganhos financeiros, o MP está aberto a receber denúncias. Foi sugerido que o resultado dos debates no ConCidades e suas câmaras sejam levados ao MP e, diante disso, foi recordado o plano da câmara de amadurecer os assuntos antes de acionar agentes externos. Sobre este inquérito, o MP mencionou ainda que os resultados englobavam o transporte metropolitano e que agora deve-se buscar os números desta frota à parte, diante da mudança na integração do transporte coletivo. O DER apresentou em 2014 o resultado de 71,15% da frota dos ônibus de transporte coletivo intermunicipal rodoviário com adaptação para acessibilidade, números atualizados no início da reunião. Voltou-se à questão de estas adaptações não serem satisfatórias, mas atenderem às normas. O MP declarou não ter ações no sentido de revisão das normas, mas participou da consulta pública para discutir este assunto e ainda não obteve retorno. Foi mencionado que algumas tecnologias interessantes para acessibilidade, como o rebaixamento da suspensão do veículo, são produzidas no Brasil, mas atendem principalmente o mercado externo. Reforçou-se o ponto da atuação estadual do ConCidades-PR com a sugestão de que os assuntos, depois de amadurecidos na câmara, sejam levados às outras esferas conforme a competência de casa Conselho. Então levantou-se a questão da pertinência



da inclusão de municípios em regiões metropolitanas citando-se o exemplo de Curitiba cuja região é formada por 29 municípios, mas apenas 15 tem realmente relações metropolitanas, dificultando a gestão. Foi avisado que, por mudança de local de trabalho, é possível que a conselheira secretária da câmara seja substituída como suplente da Secretaria de Infraestrutura e Logística, portanto a câmara deve definir novo secretário. Como sugestão de pauta, foi trazido que, como em abril venceu o prazo para os municípios acima de vinte mil habitantes ou pertencentes a regiões metropolitanas apresentem seus planos de mobilidade, seria interessante estudarmos a lei de mobilidade, destacando a necessidade de considerar o acesso ao transporte coletivo ao se licenciar loteamentos. Foram deixadas algumas questões para estudo: quem está fazendo o controle dos planos de mobilidade? Estão sendo feitas pesquisas domiciliares de origem e destino para embasar os planos? Também foi solicitado reforçar o convite para a ANTT prestar esclarecimentos sobre a fiscalização da acessibilidade no transporte coletivo rodoviário. Foi sugerido que na próxima reunião se organize um workshop com os diversos agentes envolvidos neste assunto para encontrar, em conjunto, soluções para atender os requisitos de acessibilidade no transporte coletivo.